

Diretrizes de Programa de Governo para João Pessoa em 2020
Partido dos Trabalhadores - PT
Anísio Maia prefeito

Por uma João Pessoa de Todos e Todas
construindo a cidade sustentável do século XXI

Introdução

João Pessoa chega em 2020 cada vez mais bela e acolhedora, enfrentando muitos desafios: desemprego, pobreza, violência, preconceito, desigualdade. A pandemia do novo coronavírus só agravou a situação. Muitos pessoenses morreram, outros milhares adoeceram. Aqui, recebemos inúmeros paraibanos, que vieram se tratar em nossa rede de saúde.

A cidade chega em 2020 com uma população de 809.015 habitantes (dados do IBGE), distribuídos em 65 bairros e dezenas de comunidades, com diferentes características espaciais, culturais, de infraestrutura urbana e de renda. A cidade localiza-se na porção mais oriental da América do Sul, sendo a capital da Paraíba, além de centro administrativo, político e cultural do estado. Seu entorno metropolitano (Bayeux, Santa Rita e Cabedelo) reúne uma população superior a um milhão de habitantes e concentra 44% do Produto Interno Bruto da Paraíba.

Há um abismo entre a João Pessoa realmente existente e a João Pessoa que todas e todos nós desejamos. Ela segue governada de modo provinciano e sem nenhuma inovação diante de desafios históricos e de novos problemas típicos da atualidade dinâmica e diversificada.

A atual gestão não apresentou capacidade de fomentar a preparação e a qualificação de nossos equipamentos e força de trabalho para as atividades que compõem nossa vocação econômica. Para agravar a situação, serviços públicos essenciais funcionam mal, como nós vimos no caso da situação da saúde em meio à pandemia do Coronavírus.

Temos a honra de apresentar este plano de governo que resulta de um amplo processo de debates, que ocorreram na série de debates intitulada “Participa João Pessoa”, que reuniu especialistas das mais diversas áreas, petistas e ativistas dos movimentos sociais e de reuniões específicas para a construção coletiva desta carta-compromisso com nossa cidade.

A idéia que sintetiza este plano de governo é construção de uma João Pessoa sustentável, de todos e de todas. Quando falamos em sustentabilidade, estamos constatando, num primeiro momento, que o atual modelo de desenvolvimento da cidade é predatório, gerando pobreza, desigualdade, violência, preconceito e consumo desmedido dos nossos recursos naturais. O que nós propomos, como alternativa, é um modelo de gestão sustentável, voltado a suprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

Portanto, propor uma cidade sustentável passa por transformar o poder público municipal em um agente indutor de um novo paradigma de desenvolvimento, voltado a incentivar a preservação do meio ambiente e nossos recursos naturais, o bem-estar social dos cidadãos e cidadãs, com respeito à diversidade humana, e o ganho econômico de modo que não coloque em risco os 2 primeiros elementos supracitados, com políticas de estímulo ao empreendedorismo e a economia solidária, numa perspectiva redistributiva.

Quando falamos em uma cidade de todos e de todas, significa que nossa gestão estará voltada para incluir? Incluir é cuidar das pessoas, independente de possuírem deficiência física, classe social, cor da pele, opção religiosa, gênero, faixa etária, serem nativos ou imigrantes. Incluir significa que a cidade deve ofertar uma série de ações que visam garantir a igualdade de direitos e trazer para o ingresso, o convívio e a interação social, vários sujeitos e grupos sociais que não tem acesso ou possuem acesso limitado aos benefícios que a cidade oferece em suas mais diversas áreas, como saúde, educação, assistência, trabalho e renda, cultura e mobilidade.

Esta João Pessoa para todos deve estar em sintonia com a Nova Agenda Urbana, documento intergovernamental resultante das conclusões da terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

Também deve estar em sintonia com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, outro documento produzido no ano de 2015 pelo países que fazem parte da [ONU](#), - é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal, indica que indica 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta.

O eixo articulador das diretrizes é Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI, processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora, pela soberania alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, visando garantir a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos.

A transição ecológica é um processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana, integra políticas públicas que prezam pela garantia e soberania do ar, da água, dos minérios, fauna e flora. Sustenta a promoção de transformações na sociedade, visando à distribuição da renda, à justiça social, ao exercício da liberdade, à democracia, à soberania popular e do País e a uma sociedade plural.

Isso quer dizer que devemos considerar a questão ambiental, o modo de produção e a economia de baixo carbono como aspectos a serem integrados a partir da ação do Estado e da participação da sociedade. A transição ecológica aponta para uma nova forma de produção com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, valendo-se, para isso, da adoção de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes.

O município, por meio de suas lideranças, deve assumir a frente e participar de processos para influir nas macropolíticas em âmbito regional, estadual e nacional. O planejamento territorial deve envolver um diálogo amplo entre os municípios de uma mesma microrregião, mesorregião ou território específico, favorecendo práticas cooperativas, a implementação de políticas públicas e a busca de soluções, exigindo-se providências do governo federal. As articulações regionais são elementos fundamentais para a sobrevivência das cidades.

Para o PT, todas as pessoas que vivem no município têm direito a um **desenvolvimento urbano e rural** socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável, com direito à ampliação da participação política. Para o PT, todas as pessoas que vivem na cidade têm direito a ela: direito à moradia digna e à terra urbanizada; direito ao saneamento ambiental; direito à mobilidade, ao transporte público e ao trânsito seguro; direito à inclusão social e à participação política e cidadã. Para o PT, todas as pessoas têm direito de viver em uma cidade que, por meio de seu governo, tenha como orientação a redução das desigualdades; a sustentabilidade financeira e socioambiental; o combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais; o combate à segregação urbana e às limitações à diversidade socioespacial; o compromisso com a função social da cidade e da propriedade.

Uma segunda idéia importante é a **participação popular cidadã e o controle social**. Estas são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos e melhores condições de vida. A Constituição Federal de 1988, marco destas conquistas democráticas, estabelece os princípios de participação da sociedade na elaboração, gestão e controle social das políticas públicas.

Nossas políticas e nosso projeto de sociedade estão voltados à justiça social e à garantia de liberdade para todas e todos, inspirados pela perspectiva estratégica defendida por nosso partido, que é o socialismo democrático. O PT entende que a **garantia de direitos, por meio da realização de políticas sociais**, é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo e melhorar a vida das pessoas. Ao mesmo tempo, é preciso contribuir para que construam consciência crítica sobre as razões das injustiças, bem como dos projetos políticos que as sustentam. Nas eleições, apresentaremos propostas articuladas que integrem políticas e ações para diminuir a miséria, promover o desenvolvimento e a transição ecológica nas cidades, ampliar e assegurar qualidade dos serviços públicos, esclarecendo o que é responsabilidade do município e o que é responsabilidade dos governos estaduais e federal.

O esforço de governar é normalmente centrado na definição do que fazer e para quem. É muito comum que se deixe em segundo plano o como fazer. As administrações petistas, nos diversos níveis de governo, têm se dedicado a avançar nessa dimensão do ato de governar, também conhecida como **modelo de gestão**. O PT assegurou, em suas experiências de governo, a primazia do Estado na condução das políticas públicas. Para isso, foi necessário investir na capacidade do Estado para realizar o planejamento e a gestão das políticas públicas, criando canais de participação na sua formulação, monitoramento e controle social. Essa tarefa é ainda mais importante na conjuntura atual, na qual o governo federal tem trabalhado obstinadamente na implementação de uma agenda de Estado Mínimo, que tem como resultado a redução de políticas públicas fundamentais para a população brasileira, especialmente os mais pobres. A extinção ou o esvaziamento dos espaços de participação social, conselhos, comitês, fóruns representa um ato deliberado de autoritarismo que se soma ao desrespeito à Constituição e aos demais poderes, numa ameaça permanente à democracia.

Estas são as linhas gerais e os eixos norteadores de nosso plano de governo. A seguir, estão as propostas que vão transformar João Pessoa numa cidade inclusiva e sustentável.

1 – Mobilidade urbana

A sociedade civil, nos níveis nacional e local, tem protagonizado várias ações visando a construção de um debate propositivo sobre o tema da mobilidade urbana. A problemática da mobilidade tem se transformado numa das mais relevantes das políticas urbanas, visto que as cidades, cada vez maiores e complexas, tem sido vítimas de problemas de trânsito como os engarrafamentos, causados pelo predomínio do transporte individual, e da exclusão de muitos que se deslocam para trabalhar diariamente, a pé.

As políticas desenvolvidas nos governo do PT estiveram e estarão em sintonia com a reflexão da cidadania por uma nova visão de mobilidade urbana. A cidade é feita por todos. Somos sócios do espaço territorial, não sendo possível construir políticas de mobilidade sem o diálogo e participação das pessoas.

O programa apresentado pelo PT em 2012 foi abandonado pelo atual prefeito quanto ao tema. Infelizmente, predominou no município uma visão equivocada de mobilidade centrada no transporte individual e no veículo motorizado, totalmente fora de sintonia com as tendências nacionais.

As políticas de mobilidade urbana na região metropolitana da Grande João Pessoa – composta por municípios como Bayeux, Santa Rita, Cabedelo, Conde, Lucena e João Pessoa - deverão sempre ser balizadas pela priorização do transporte público, no estímulo ao transporte não-motorizado na integração dos modais de transporte, na acessibilidade e no aumento da segurança dos sistemas viários, objetivando ações que promovam uma cultura de paz no trânsito. Estas políticas devem ser desenvolvidas em articulação com demais municípios da região metropolitana, a exemplo de Bayeux, Santa Rita, Conde, Cabedelo e Lucena.

Discutir mobilidade significa falar sobre transporte de massa, sinalização e acessibilidade, transportes aquaviários e turísticos, ciclovias, estacionamentos e transportes individuais e de passageiros. Nosso governo, quanto ao tema mobilidade urbana priorizará:

- O estabelecimento de um diálogo efetivo e continuado, da participação cidadã e da transparência ativa e publicização das ações.
- Um amplo debate em torno do Plano de Mobilidade Urbana para o município, com o estabelecimento de novos parâmetros da política de mobilidade, com participação social e o estabelecimento de metas quanto à sua implementação, priorizando o transporte coletivo e não-motorizado e a acessibilidade.
- Buscaremos os demais municípios da região metropolitana, buscando soluções integradas entre todos eles.
- Reestruturação e/ou implementação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, com seu efetivo funcionamento e representatividade social.
- Articulação com a sociedade civil, com o Governo do Estado da Paraíba e com os órgãos federais de controle, para a criação de uma Câmara Técnica de Mobilidade Urbana.
- Transparência e diálogo com a sociedade civil organizada na elaboração e execução de projetos que interfiram de forma radical e definitiva na paisagem urbana.
- Priorizar iniciativas que construam uma política de mobilidade urbana e humana, em consonância com a legislação vigente e espelhando-se em modelos de cidades que assim o fizeram, fortalecendo as ferramentas de planejamento, a transparência e de diálogo.
- Resgatar o projeto do PAC da Mobilidade, abandonado pela atual gestão, apesar da disponibilidade de recursos pelo governo federal, com a implantação dos corredores para o “Bus Rapid Transport – BRT”, mais rápido e mais confortável, com a construção de terminais de integração, com bicicletários e outros serviços.

- Priorizar a construção de ciclovias e a implantação de ciclofaixas.
- Articular o sistema de ônibus municipal com o transporte ferroviário.
- Discussão, com os motoristas do transporte alternativo, de ações voltadas à implementação do transporte complementar, com base no plano municipal de mobilidade.
- Padronização das calçadas começando pelas vias centrais da cidade e avenidas principais dos bairros, melhorando o deslocamento dos caminhantes e a acessibilidade.
- Renovação permanente da frota, com a adoção de veículos menos poluentes, mais modernos e confortáveis e adaptados.
- Criação um sistema de monitoramento da qualidade do transporte coletivo pelos usuários.
- Auditoria das concessões de linhas atualmente vigentes e do custo da tarifa.
- Implementação de estudos para o estabelecimento do passe-livre estudantil.
- Priorizar ações voltadas à educação para o trânsito.
- Controle de velocidade nos principais corredores visando a redução de acidentes.
- Melhorar na sinalização das ruas e faixas de pedestre.
- A elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para o município, a partir de um estudo de origem/destino e do estabelecimento de novos parâmetros da política de mobilidade, e com participação social, priorizando o transporte coletivo e não-motorizado e a acessibilidade.
- Buscaremos os demais municípios da região metropolitana, buscando soluções integradas entre todos eles.
- Reestruturação e/ou implementação do Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, com seu efetivo funcionamento e representatividade social.
- Articulação com a sociedade civil, com o Governo do Estado da Paraíba e com os órgãos federais de controle, para a criação de uma Câmara Técnica de Mobilidade Urbana.
- Transparência e diálogo com a sociedade civil organizada na elaboração e execução de projetos que interfiram de forma radical e definitiva na paisagem urbana.
- Priorizar iniciativas que construam uma política de mobilidade urbana e humana, em consonância com a legislação vigente e espelhando-se em modelos de cidades que assim o fizeram, fortalecendo as ferramentas de planejamento, a transparência e de diálogo.
- Resgatar o projeto do PAC da Mobilidade, abandonado pela atual gestão, apesar da disponibilidade de recursos pelo governo federal, com a implantação dos corredores para o “Bus Rapid Transport – BRT”, mais rápido e mais confortável, com a construção de terminais de integração, com bicicletários e outros serviços.
- Priorizar a construção de ciclovias e a implantação de ciclofaixas.
- Articular o sistema de ônibus municipal com o transporte ferroviário.
- Padronização das calçadas começando pelas vias centrais da cidade e avenidas principais dos bairros, melhorando o deslocamento dos caminhantes e a acessibilidade.
- Renovação permanente da frota, com a adoção de veículos menos poluentes, mais modernos e confortáveis e adaptados.
- Criação um sistema de monitoramento da qualidade do transporte coletivo pelos usuários.
- Auditoria das concessões de linhas atualmente vigentes e do custo da tarifa.
- Implementação de estudos para o estabelecimento do passe-livre estudantil.
- Priorizar ações voltadas à educação para o trânsito e Controle de velocidade nos principais corredores visando a redução de acidentes.

- Melhora na sinalização das ruas e faixas de pedestre.

2 – Saúde

A Pandemia do novo coronavírus explicitou ainda mais a incompetência nefasta do Governo Bolsonaro na Saúde. Além de trazer recomendações inadequadas para a população incentivando automedicação e o não isolamento, o Ministério da Saúde não estruturou a compra de insumos e testes e não coordenou as ações em todo o território nacional, levando o Brasil a ter uma atuação desastrosa na pandemia. Se os dados oficiais mostram mais de 4,5 milhões de infectados e 136 mil mortos, é provável que o número real seja bem maior devido as subnotificações. A mortalidade e o crescimento de casos, como na maioria das doenças, é mais intensamente cruel entre os mais pobres e excluídos. Na Paraíba já foram mais de 2700 mortos, a maioria em João Pessoa, uma quantidade que supera a de países inteiros, como o Japão, país com população cerca de 30 vezes maior que o número de habitantes do nosso estado.

O Sistema Único de Saúde (SUS) vem resistindo à crise, impedindo que o desastre seja ainda maior. O SUS vinha de um período de fortalecimento e ampliação do financiamento e da cobertura da atenção básica e hospitalar nos Governos Lula e Dilma, e a ampliação do acesso com o Programa Mais Médicos. Entretanto entramos na pandemia já com os desgastes do Governo Temer e Bolsonaro como o desfinanciamento causado pela EC95, os cortes nas políticas sociais, e mais recentemente, o rompimento da cooperação com Cuba e a saída de mais de 10 mil médicos, o que agravou ainda mais a desassistência em áreas remotas.

Em João Pessoa, houve acertos nas recomendações de isolamento social e na estruturação de serviços de telemedicina, mas tivemos em muitas unidades de saúde, desabastecimento de equipamentos de proteção individual, uma testagem praticamente limitada aos testes rápidos e uma vigilância que não consegue acompanhar e isolar precocemente os casos. Associado a uma comunicação ineficaz com a população e a crise econômica e sanitária, os trabalhadores são praticamente obrigados a sair de casa e retomar as atividades, mas com uma insegurança individual e coletiva enormes.

Os problemas no SUS de João Pessoa são vários e crônicos. Sofremos os efeitos de muitos anos de uma gestão com uma relação autoritária com os profissionais, pouca participação democrática da população, e insuficiente ampliação dos serviços em uma cidade que vem crescendo muito. Até hoje, nunca houve concurso para os profissionais de nível superior da saúde da família de João Pessoa que em grande parte são prestadores de serviços, mesmo o atual prefeito tendo prometido na propaganda eleitoral sua realização, ainda na sua primeira eleição. Os trabalhadores do SUS de João Pessoa têm salários defasados, atuam em locais com déficit de insumos e, em muitas situações com uma estrutura física inadequada. Existem filas para marcação de exames, abastecimento irregular de medicamentos, e dificuldade de acesso à rede hospitalar.

João Pessoa tem um SUS grande e complexo, são cerca de 200 equipes de saúde da família além das equipes que compõem os Núcleos de Apoio a Saúde da Família. Embora haja mais de 80% de cobertura populacional, muitas equipes acabam atendendo grandes populações a elas vinculadas, e, por outro lado, também há muitas regiões descobertas, especialmente nas regiões de crescimento urbano mais intenso e desordenado, onde residem populações geralmente, mais vulneráveis. Temos o Serviço Móvel de Urgência e Emergência (SAMU) e 4 Unidades de Pronto Atendimento: Valentina, Oceania, Cruz das Armas e Bancários. E compoem a média e alta complexidade, a cidade possui os Centros de Atenção Integral à Saúde, e os hospitais de OrtoTrauma (Trauminha), Valentina, Maternidade Cândida Vargas, e os hospitais da rede estadual, federal e outros serviços conveniados e contratados que compõem a rede de saúde. A Saúde em João Pessoa cresceu muito com os recursos e programas decorrentes dos Governos Lula e Dilma, mas a população precisa de mais. Precisamos de um Governo que priorize o financiamento e a reorganização do SUS, com democracia, transparência e participação popular. Para isso, é essencial uma gestão que trabalhe de forma integrada com todos os setores para proporcionar o melhor cuidado para sua população.

Diante disso, propomos:

✓ **Fortalecer o combate ao COVID-19 e a estruturação da política para o pós-pandemia**

Até a disponibilização da vacina que ainda é incerta continuaremos sob o risco de novos surtos do novo coronavírus. É fundamental uma estratégia de acompanhamento da pandemia que envolva a criação de uma vigilância em saúde efetiva articulada com teleatendimento, identificando rapidamente os casos, realizando exames de confirmações de maneira ampla e inteligente, buscando maior disponibilidade de testes por PCR e assim isolando os doentes e seus contatos mais cedo. Só assim teremos um funcionamento do comércio e da vida social sem prejuízo a saúde das pessoas. O combate e o acompanhamento ao COVID-19 será realizado com a garantia de segurança ao profissional de saúde com Equipamentos de Proteção Individuais Adequados e pagamento devido de adicionais de insalubridade a todos os profissionais envolvidos no cuidado a paciente sintomáticos.

➤ **Democracia e Participação Popular na Defesa do SUS e da Reforma Sanitária Brasileira (RSB)**

Para o fortalecimento do SUS é necessário resgatar a participação popular nas construções das políticas públicas e a ideia de que saúde se constrói conjuntamente com cidadania, direito a terra, a moradia, educação e segurança alimentar. É necessária a mobilização popular e a formação política. Defendemos a autonomia do Conselho Municipal de Saúde com estrutura adequada, e a ampla criação de conselhos locais e espaços de decisão compartilhada nos diversos serviços de saúde.

➤ **Concurso Público e Desprecarização do Trabalho**

Criação da carreira para os profissionais de nível superior na saúde da família, com realização de concurso público para contratação de trabalhadores em substituição aos postos de trabalho em situação de contratos precários. Abertura de novas vagas para a gestão e para a média e alta complexidade com reajuste e melhoria do plano de carreira da saúde, construindo uma mesa de negociação permanente com os trabalhadores da saúde, objetivando a garantia de estabilidade com salário digno, com incentivo a participação e construção do cuidado em saúde.

➤ **Fortalecer a Estratégia Saúde da Família**

A Atenção Básica de qualidade será prioridade. Investiremos na criação de novas equipes, buscando o aumento da cobertura e a redução da sobrecarga das equipes atuais, para que a população consiga um melhor cuidado, e também proporcionar às equipes de saúde melhores condições de trabalho e uma demanda adequada a sua capacidade. Além disso, as equipes de saúde devem ser ampliadas, para funcionar em horário estendido, ampliando assim a possibilidade de acesso à população e reduzindo a pressão assistencial sobre as UPAS. Priorizaremos também a qualificação dos profissionais por meio da realização de ações de educação permanente, de acordo com a necessidade de cada equipe, numa relação de colaboração com a gestão. Por fim, na nossa gestão, teremos uma central de controle e aquisição de insumos, medicamentos, e equipamentos garantindo o pleno funcionamento das UBS numa relação direta com os Distritos Sanitários.

➤ **Política Integral de Saúde das Mulheres com foco em sua autonomia e no autocuidado**

Atualização da Política Municipal de Saúde da Mulher com a participação dos coletivos feministas do município. Criação da Casa da Mulher como um espaço de desenvolvimento de práticas integrativas coletivas e individuais com foco na saúde integral da mulher e em sua pluralidade social, cultural, econômica e espiritual. Elaboração de programa de planejamento reprodutivo com acesso a métodos seguros de contracepção nas unidades básicas de saúde e nos serviços especializados da rede, em parceria com a residência médica e multiprofissional; Educação permanente dos profissionais sobre diversidade sexual das mulheres; Construção da Casa de Parto já prevista para João Pessoa e ampliação de acordo com as necessidades do território, modernizando o cuidado ao parto com equipe interdisciplinar, humanização e a inclusão de Doulas na equipe.

➤ **Promover uma Política de Saúde para a População LGBTQIA+**

Promover uma Política de Saúde Integral LGBTQIA+ em articulação com o Conselho Municipal LGBT, Centro de Cidadania LGBT, coletivos, pesquisadores e profissionais de saúde. Estabelecer um programa de educação permanente em saúde da população LGBTQIA+ para os profissionais da Atenção Básica e Especializada, a fim de ofertar um cuidado integral, humanizado e livre de discriminação em todos os serviços de saúde do município. Construção de um protocolo clínico municipal e ampliação do acesso à hormonioterapia para transexuais e travestis. Fortalecer o uso de plataformas digitais como veículo de diálogo com a população e de divulgação das ações políticas dos movimentos LGBTQIA+.

➤ **Proteger a saúde da População Negra**

É fundamental aprofundar no município a discussão de uma política de saúde integral da população negra. Reconhecendo que as iniquidades, desigualdades e o racismo estrutural têm como consequência uma maior vulnerabilidade e morbimortalidade das populações negras brasileiras. Precisamos envolver gestores, movimentos sociais, e profissionais de saúde na construção de uma política de saúde que enfrente o racismo institucional e fortaleça a temática étnico-racial na educação permanente e na política de saúde da nossa cidade.

➤ **Assegurar o acesso a Exames e Especialidade**

Organizar um central de regulação local para garantir o acesso rápido a exames e especialidades médicas a partir da Atenção Básica em estreita articulação com os Distritos Sanitários com ênfase nas necessidades locais, organizando a regulação, avaliação e controle sobre a qualidade e quantidade dos serviços prestados pela rede ambulatorial e hospitalar de João Pessoa. Vamos instituir o programa exame na hora certa.

➤ **Ampliar o acesso a Medicamentos**

Ampliar a relação de medicamentos ofertados nas unidades de saúde e farmácias do SUS de João Pessoa será nosso grande objetivo, e para tanto iremos melhorar o abastecimento de medicamentos evitando as interrupções do tratamento de pacientes crônicos. Retorno da dispensação de medicamentos em todas as unidades de saúde da família, diminuindo a necessidade de locomoção dos pacientes.

➤ **Melhorar a Estrutura Física dos Serviços de Saúde**

Instituiremos um amplo plano de revitalização das Unidades de Saúde da Família (USFs) com ênfase numa ambiência acolhedora para o cidadão usuário e para os trabalhadores. As unidades serão dotadas de equipamentos em quantidade e qualidade adequadas, sistema de vigilância integrado e informatizadas com ligação direta com o nível regional e central das secretaria de saúde, facilitando o fluxo de informações e a disponibilização de insumos. Vamos instituir um grupo permanente para consertos e reparos e criar o cartão gestor para que os gerentes tenham provimentos de fundos para usar na aquisição de materiais necessários ao provimento das Unidades. Qualificaremos o atendimento das urgências e emergências articulando as USFs, Unidades de Pronto Atendimento (UPA), hospitais e rede móvel (SAMU), segundo critérios de complexidade tecnológica com foco na regionalização do sistema.

➤ **Informatização da Saúde**

Informatização dos serviços de saúde e da gestão do SUS de João Pessoa. Implantação de prontuário eletrônico, possibilitando à população acompanhar a marcação de seus exames, consultas, e facilitando o registro dos profissionais de saúde, a renovação de receitas e a comunicação entre os diferentes serviços de saúde. Promover a criação de Salas de Gestão Estratégica em cada um dos Distritos Sanitários, vinculadas a uma Sala de Gestão Municipal possibilitando um processo de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos e práticas de gestão, possibilitando assim a tomada de decisão de forma georreferenciada, com mais precisão e qualidade. Criação de um serviço de Telessaúde e Telemedicina de apoio à Atenção Básica e a regulação de especialidade e exames.

3 – Educação

A prefeitura oferece 182 unidades da rede municipal de ensino, atendendo educação infantil, ensino fundamental e EJA. Cerca de 63 mil alunos são beneficiados e são atendidos por mais de 3 mil professores. Muitas escolas funcionam em tempo integral, embora a maioria atuem em regime parcial. Trata-se de uma rede grande e diversificada, com condições desiguais de funcionamento.

O direito à educação tem avançado no Brasil, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, com destaque para a questão do acesso (principalmente à escola básica que apresenta níveis altos de matrícula, embora ainda tenhamos muitas crianças e jovens fora da escola, com destaque para o direito à creche), mas havendo ainda um hiato entre a oferta de vagas e a questão da qualidade. Esta tem como maior problema os níveis insatisfatórios de aprendizagem, medidos em testes internacionais, como o Programa internacional de Avaliação de Estudantes, o PISA.

Em João Pessoa, o acesso à educação avançou com a praticamente universalização do ensino fundamental, o avanço da pré-escola e da educação superior ocorridos nos governos petistas. Um dos maiores problemas da educação na capital é o baixo nível de aprendizagem dos milhares de alunos da rede municipal, de acordo com os números da Prova Brasil e os relatórios do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. No ano de 2017, os alunos do 9º ano da rede municipal, só aprenderam 28% dos conhecimentos necessários em português e 9% de matemática. Das escolas municipais, apenas 5,6% atendiam a todos os requisitos de qualidade mínima.

- Ampliar o acesso à creches, educação infantil e à educação em tempo integral.
- Extensão da jornada discente e acompanhamento individual do aluno.
- **Melhorar a qualidade do ensino** fundamental oferecido pela Rede Municipal de Ensino, **através de amplo programa de parceria com as universidades públicas.**
- Monitorar a qualidade do ensino oferecido na Rede Privada.
- **Melhorar as condições para o processo de inclusão socioeducativa** nas escolas municipais.
- Desenvolver ações para ampliar o número de **crianças alfabetizadas na idade certa**, com maior atenção ao desenvolvimento da leitura e escrita.
- **Eliminação do analfabetismo adulto em quatro anos**, através de uma ampla campanha que envolva a sociedade civil e nossas universidades e reestruturação das políticas municipais voltadas à educação de jovens e adultos.
- **Criação do Sistema Municipal de Avaliação da Educação Básica de João Pessoa.**
- **Promover ações de combate à evasão e a repetência**, objetivando a regularização do fluxo escolar.
- Rejeição ao Projeto “Escola Sem Partido” e estímulo a uma educação dialógica e plural.
- **Promoção do Programa Municipal de Respeito à Diversidade** nas escolas municipais estimulando o conhecimento e o respeito às culturas afro-indígenas.
- Promover uma educação de respeito às diferenças, combatendo o machismo, a homofobia e o racismo no âmbito das ações curriculares e da formação dos professores.
- Ampliar as ações de combate à violência na escola e promoção da cultura da paz.
- Estimular o funcionamento dos conselhos escolares, grêmios estudantis e demais canais de participação da comunidade nas decisões e a retomada das eleições diretas para direção de escola.

- **Realização de concurso público para professores das creches e da educação infantil, psicopedagogos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais concernentes às escolas.**
- **Criação da Mesa Permanente de Negociação envolvendo PMJP e trabalhadores em educação** para discussão e negociação permanente sobre salários, plano de carreira, políticas de formação continuada e condições de trabalho.
- Criação de canais de debate sobre a educação no município, a exemplo da realização de seminários e do Congresso Municipal de Educação.
- Abertura das escolas nas férias e nos finais de semana, com a realização de atividades culturais, de esporte e de lazer.
- Ampliação do Programa Saúde na Escola, com a distribuição de óculos para 100% das crianças que necessitam e exames de saúde periódicos.
- Reestruturação da Política Municipal de Formação Continuada com o fortalecimento do Centro de Capacitação de Professores – CECAPRO e parceria com as universidades públicas e organizações da sociedade civil.
- Formação Digital - Articulada à Escola Municipal de Governo visa formar profissionais da prefeitura e estudantes da rede na linguagem digital.
- Escola Municipal de Artes – Vamos fortalecer esta escola, ampliando a difusão do conhecimento em música popular e erudita, bem como apoiar a formação musical nas escolas da rede municipal.

4 – Assistência Social

PROPOSTAS PARA POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL – 2020

1. *Qualificar a implementação das ações do SISTEMA ÚNICO DA ASSSSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS, a partir de um PLANO DE AÇÃO INTEGRADA nos TERRITÓTIOS*, definidos pelo zoneamento da cidade base da atuação do Orçamento Participativo, articulando as políticas intersetoriais, ampliando e criando novos serviços, ressignificando os equipamentos sociais existentes sempre de acordo com a necessidade das demandas da população, estudos indicativos realizados por equipes técnicas que atuam na área e cumprindo as normativas definidas em portarias que tipificam os serviços socioassistenciais em cada município brasileiro.
2. **Expandir para 22 CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS** com 100% de cobertura dos territórios mais vulneráveis do município, com equipes qualificadas e espaço físico que favoreçam a realização das ações básicas inerentes ao caráter do serviço, que é porta de entrada para as demandas da população público alvo da assistência social, conforme preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS Lei Federal nº 8.742/ 93no seu Artigo segundo.
3. *Garantir estruturas adequadas nos serviços e equipamentos sociais da politica*, para dar mais qualidade de funcionamento com condições adequadas: espaço físico, com suporte técnico e logístico para as unidades públicas da SEDES.
4. **Criar CENTROS DE CONVIVÊNCIA INTERGERACIONAIS** para implementar ações de convivência e fortalecimento de vínculos entre crianças e adolescentes, jovens adultos incluindo pessoas idosas e pessoas com deficiência, membros das famílias residentes nos territórios onde os equipamentos estejam instalados, com atividades de arte, cultura, lazer e esportes e cidadania, numa ação integrada com outros equipamentos públicos, programas e projetos envolvendo parceiros da sociedade civil nas comunidades. (esses serviços responderão as solicitações de mais centros de convivência).
5. **Ampliar as ações dos Programas de Transferência de Renda** através da cobertura e acompanhamento as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF, acompanhamento ao publico do Programa de Benefício da Prestação Continuada – BPC e a inclusão dos atuais beneficiários do Auxílio Emergencial (pandemia) nesses programas sociais após identificação e análise dos critérios.
6. **Regularizar os Benefícios Eventuais** de acordo com o Sistema Único Municipal de Assistência Social, que inclui ações para pessoas e familias que se encontra em extrema pobreza, oferecendo assistência gratuita em caráter de urgência a exemplo do auxílio funeral, cestas básicas, apoio a gestantes, auxilio moradia etc.

7. *Criar e ampliar para **mais três CREAS** como porta de entrada das violações de direitos humanos (atualmente são apenas 04).*
8. *Fortalecer a Política Pública para o Serviço de Abordagem Social ampliando suas ações intersetoriais em especial com as políticas de saúde e os demais serviços das outras proteções, acrescentar o número de profissionais da equipe do RUARTES que atua com população de rua e dotá-la de melhores condições de trabalho.*
9. *Implantar uma **CASA LAR DE LONGA PERMANENCIA PARA PESSOAS IDOSAS***
10. *Criar uma Política de Recursos Humanos para a SEDES estruturando o seu quadro de servidores através da realização de **CONCURSO PÚBLICO** e atuar através de um plano de carreira, cargos e salários conforme as diretrizes e as orientações do NOB-RH-SUAS. Incluir nessa política o reforço à luta nacional pela REGULAMENTAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA FUNÇÃO DO EDUCADOR/A SOCIAL, profissional tão importante no desempenho das ações da política de assistência social. Instituir normas para FIXAR COTAS DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, conforme legislação vigente.*

5 – Geração de Trabalho e Renda

1 - **Criação de uma incubadora pública (Incuba JP)** destinada a fomentar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários (arranjos econômicos coletivos), tendo como ênfase a elaboração e execução de plano de negócios para cada empreendimento.

2 - **Reformulação do Programa Municipal de Microcrédito Produtivo (Banco Cidadão)**, adotando como premissa básica a etapa de preparação para tomada do crédito (orientado). Vamos criar uma modalidade de oferta de crédito destinada especificamente à organização do trabalho coletivo e associado, amparado por uma legislação que permita o acesso das cooperativas e associação ao financiamento do investimento e do capital de giro. Outra reformulação a ser feita no programa de microcrédito será a criação de uma linha para financiamento dos bancos comunitários populares, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento da economia comunitária. Outra linha de crédito que será criada, destina-se à oferecer recursos aos trabalhadores e trabalhadoras informais, situados nos shoppings populares, feiras livres e mercados públicos, recursos esses para recompor capital de giro. Uma outra linha de crédito deverá atender aos trabalhadores em aplicativos, a fim de viabilizar financiamento de motos, bicicletas, capacetes e outros equipamentos. Esta última modalidade destina-se a socorrer tais comerciantes dos efeitos da pandemia do coronavírus.

3 - Vamos Estimular a **criação de Bancos Comunitários** e autogestionários nas comunidades, com a função de transacionarem **Moeda Social**. Os bancos deverão emitir e emprestar Moeda Social que só poderá circular na comunidade. Além disso, o banco ficará responsável por repassar moeda para famílias beneficiárias dos programas sociais, adicionando a proporção de até 1/4 do valor do benefício depositado. Ou seja, a cada três unidades monetárias depositadas na conta do Banco Popular, o cidadão e a cidadã recebe o valor correspondente a 4 unidades monetárias de Moeda Social para realizar compras na comunidade. Será criado um aplicativo para oferta de bens e serviços que negociam com Moeda Social e promovem entregas nos domicílios. Os bancos populares trabalharão em parceria com o comércio da comunidade, resgatando as moedas sociais recebidas junto ao Banco Comunitário.

4 - Ofertar 3000 mil vagas por ano em **cursos profissionalizantes**, de modo a ampliar a qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras da cidade. Os cursos serão coordenados pelas secretarias que atuam na assistência social, no desenvolvimento produtivo e na gestão do turismo. Os Centro de Referência da Cidadania, os Centros de Juventude e os Centros de Referência em Assistência Social, serão os locais de inscrição e de realização da maior parte do Programa de Qualificação e Preparação para o Trabalho, totalizando 30 (trinta) pontos. Além disso, a PMJP celebrará parceria com o sistema S para oferecer cursos que demandem especialização setorial e uso de laboratórios especializados.

5 - O **calendário de eventos** da cidade de João Pessoa será planejado de forma a fazer parte de um programa estruturado de fortalecimento da cultura e do turismo de João Pessoa. Cada evento terá o seu Plano de Negócios específico e a PMJP buscará, a partir da apresentação do Plano de Negócios, patrocinadores para os eventos. Os grande eventos passarão a ser tratados como instrumentos de geração de riqueza, de ampliação da renda das famílias e de aquecimento dos setores de

turismo, hotelaria, comércio, bares e restaurante e transportes, entre outros. A meta será associar, no mínimo, um patrocinador principal a cada atividade, o qual deverá investir em programação, decoração e divulgação. Eventos como Réveillon, Carnaval, Paixão de Cristo, São João e Festa das Neves, serão profissionalizados e modernizados. Os recursos economizados pela PMJP serão empregados em outras ações de apoio ao desenvolvimento da economia criativa e da cultura popular.

6 - Vamos **ampliar o Serviço Nacional de Emprego – SINE** de João Pessoa, junto com o acesso à qualificação profissional e de inscrição para tomada do crédito produtivo. O SINE será transformado numa rede de agências de empregos, instalando escritórios nos Centros de Referência da Cidadania (CRC's), nos Centros de Juventude e em outras unidades da prefeitura espalhadas pela cidade. O objetivo será aproximar as pessoas do acesso às vagas de trabalho e aos serviços de qualificação e financiamento ao empreendedorismo. Nos postos de atendimento do SINE o cidadão e a cidadã desempregado será inserido no cadastro nacional, receberá orientações de como se portar numa entrevista de emprego, terá o seu currículo elaborado e impresso, e também receberá um cartão que lhe dará passagem e alimentação (restaurantes populares), grátis, quando na busca orientada por uma colocação no mercado de trabalho. Além desses encaminhamentos, as pessoas serão orientadas a procurar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), quando a situação de desemprego estiver causando vulnerabilidade social na família.

7 – **Apoiar as feiras-livres da cidade.** A expansão dessas atividade têm se dado sem o devido apoio do Poder Público, gerando improvisos, insalubridades e carências estruturais. Ao fomentar a organização das feiras, com implantação de equipamentos sanitários, de controle e de higienização dos alimentos, de asfaltamento e cobertura dos espaços, entre outras ações, a prefeitura oferece ao consumidor o acesso gêneros mais baratos, e às comunidades mais oportunidades de ocupação e de acesso à renda. Outra medida necessária será oferecer orientações adequadas visando a preservação da saúde tanto de quem compra como de quem vende.

8 - O segmento de logística é um dos que mais oferece oportunidades, tanto para atender às necessidade dos setores atacadistas, quanto varejistas. Portanto, **vamos implantar um Centro de serviços de mecânico e de logística**, destinado a atender veículos de carga e ao mesmo tempo oferecer inserção dos mais pobres no segmento, seja pelo apoio ao processo de retirada da CNH e à realização de , exames toxicológicos, da formação de profissionais nas áreas de transportes maquinários e cargas, bem como de mecânica especializada. Devido o surgimento das novas atividades que trabalham com entrega por aplicativo, assim como com transporte de passageiros, também intermediados por aplicativos, os quais demandam assistência e apoio.

9 - Apoiar a organização produtiva dos pescadores com a finalidade de **desenvolver o setor pesqueiro na capital**, através da ampliação da capacidade instalada das colônias e associações, oferecendo instrumentos adequados à organização da logística do setor. Buscar o incremento das atividades, por meio da transferência de tecnologias que promovam a ampliação da capacidade de produção, do armazenamento e do beneficiamento do pescado. Promover ações nas áreas da educação, saúde e assistência social para pescadores e apoiar a inclusão produtiva das mulheres.

10 – **Investir na cadeia produtiva da reciclagem** - João Pessoa possui aproximadamente 300 catadores organizados e pouco mais de 600 catadores sem qualquer tipo de organização ou que simplesmente trabalham sozinhos. As condições de trabalho atuais, sobretudo dos que não estão organizados, são extremamente precárias, assim como o resultado obtidos com a venda dos produtos recicláveis apresenta baixo retorno. o percentual de aproveitamento de recicláveis em João Pessoa fica em torno de 5% o que demonstra que há como se aumentar tanto o aproveitamento quanto a renda dos catadores. Para tanto, **precisamos rever as metas do Plano Municipal de Resíduos** que foram estabelecidas de forma pífia e sem um diálogo participante efetivo. Vamos ampliar o quantitativo de catadores organizados, respeitando a autogestão dos grupos. Vamos dobrar a quantidade de rotas de coleta seletiva na cidade; introduzir a tração mecanizada na atividade de coleta; e remunerar o custo de oportunidade dos catadores, em detrimento da coleta realizada, utilizando como fonte de pagamento os recursos economizados na atividade da coleta domiciliar realizada pela(s) empresa(s) contratada(s).

11 - Criação do Programa de Desenvolvimento dos Bairros de João Pessoa, com aproveitamento da mão de obra local.

12 – Revisão do Programa Cidades Sustentáveis, em parceria com organismos internacionais, com a incorporação, além de uma agenda de sustentabilidade urbana, priorizar ação voltadas à geração de emprego e renda.

6 – Cultura

Através de uma política permanente de fomento de novas possibilidades de produção de Cultura, o governo municipal se dedicará a executar as seguintes propostas para estimular, democratizar e descentralizar o acesso e a produção da cultura em nossa cidade:

- Repensar a estrutura e as atribuições da Fundação Municipal de Cultura (FUNJOPE), de forma que o órgão passe a exercer o seu papel de indutor de políticas de cultura através de processos públicos e transparentes.-
- Garantir o teto (orçamentário) legal para o Fundo Municipal de Cultura (FMC) com edições anuais, ampliando as possibilidades de participação de movimentos organizados sem fins lucrativos e de microprojetos, assim como os projetos advindos de Núcleos Culturais organizados.
- Criar a SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA com Orçamento Próprio, inclusive integrando as ações do Município às diversas ações do Estado e da Secretaria Especial de Cultura do Governo Federal, à luz das diretrizes do Plano Nacional de Cultura. A Secretaria Municipal de Cultura terá vinculada ao seu cronograma administrativo a Fundação Municipal de Cultura da Cidade de João Pessoa (FUNJOPE).
- Aplicar 1% do orçamento municipal na gestão de políticas públicas de cultura. Assegurar para a Cultura recursos próprios com percentuais crescentes no Orçamento Municipal, e agir em transversalidade com outras secretarias, órgãos públicos e instituições privadas, criando condições para que possam investir na Cultura.
- Propor modificações na legislação vigente visando uma consolidação de um CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL (CMPC) realmente democrático, deliberativo e representativo do fazer cultural na cidade, contemplando representações de Núcleos Culturais organizados nos bairros.
- Criar os Núcleos Culturais organizados no município.
- Garantir a elaboração de um PLANO MUNICIPAL DE CULTURA que aponte no sentido dessas propostas, descentralizando a aplicação de recursos e as decisões, democratizando a gestão pública municipal.
- Realizar regularmente as CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS DE CULTURA. Participar ativamente e democratizar a participação nas Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura.
- Criar o SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS. Intensificar a atuação de um Portal cultural, mantido pela prefeitura, onde constem informações da gestão e programação cultural da cidade e dos Núcleos Culturais, com um banco de dados público e registro de todos os envolvidos direta e indiretamente com a produção cultural; de forma a viabilizar a troca de informações e o fortalecimento das relações entre os envolvidos com a cultura do município com transparência e dinamismo.
- Garantir políticas que contemplem a cidadania e a diversidade cultural na perspectiva de políticas transversais, tais como:
 - a) Cultura e Educação: Estimular e criar programas de arte e educação. Estimular a ocupação sócio cultural das escolas, sobretudo, nos finais de semana, com atividades de recreação, criação, e atividades extracurriculares. Criar e implementar o programa de oficinas literárias nas escolas públicas municipais; Garantir nos concursos públicos vagas específicas para professores de arte educação;
 - b) Cultura e Saúde: Estimular a medicina preventiva, o uso das ervas, nutrição alternativa, e as “doulas” tendo o entendimento que saúde é um elemento

cultural. Possibilitar que as expressões de cultura popular, tradicional e as artes façam parte de projetos de saúde, tais como campanhas de vacinação, combate as endemias, médicos da família, e doutores da alegria.

- c) Cultura e Mulheres: Observar a especificidade e questões relativas às mulheres no planejamento cultural, bem como, a diversidade entre as próprias mulheres (geracional, étnica, de classe, orientação sexual, mulheres portadoras de deficiências, chefes de família etc.).
 - d) Cultura e a Promoção da Igualdade Racial: Formular políticas de cultura e arte que integrem os diversos grupos étnicos e culturais que formam a cidade: negros, brancos, índios, judeus, ciganos, orientais, islâmicos, e nipônicos, etc. Integrar ao calendário cultural oficial da cidade, datas, personagens, e símbolos religiosos e culturais dos diversos grupos étnicos sociais. Implementar a lei 11.465/2008, que estabelece a inclusão no currículo oficial do município o ensino da “Historia e Cultura Afro-brasileira e Indígena.
 - e) Cultura e Diversidade: Criar políticas antidiscriminação e de promoção da cidadania e diversidade cultural dos diversos grupos que formam a cidade (LGBTQI+, MULHERES, NEGROS, JOVENS, IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIANÇAS, JUDEUS, ISLÂMICOS, ESPÍRITAS, CANDOMBLECISTAS, UMBANDISTAS, JUREMEIROS, CRISTÃOS, entre outros). Incentivar a realização de políticas de cultura para as pessoas com deficiência. Implementar medidas de ACESSIBILIDADE nos editais, programas, projetos, e equipamentos culturais da cidade, tais como, inclusão da linguagem de libras, áudio descrição, legendas, braille, rampas, e espaços reservados para pessoas portadoras de deficiências.
 - f) Cultura e Assuntos Urbanos: Incluir a cultura na formulação dos projetos de longo prazo (PLANO DIRETOR, LEI DE ZONEAMENTO URBANO E AMBIENTAL). Estimular a apropriação cultural dos diversos espaços públicos da cidade. Garantir o direito dos artistas de rua.
- Criar e implantar a BIBLIOTECA MUNICIPAL “Professora Jemima Marques”.
 - Criar e implantar o MUSEU DA CIDADE, e o ARQUIVO PÚBLICO municipal, como forma de preservar a historia e a memória da cidade.
 - Criar e implantar ESCOLAS REGULARES DE ARTES (artes visuais, artes cênicas, cinema/áudio visual, literatura e musica).
 - Garantir que os recursos destinados às iniciativas culturais e aos movimentos artísticos sejam democratizados através de EDITAIS específicos de seleção pública, repensando contrapartidas.
 - Fomentar uma mais ampla integração entre as Secretaria de Cultura, Comunicação e Turismo, garantindo visibilidade, inclusive através da TV pública, para as ações protagonistas da comunidade organizada em Zonas Culturais e demais manifestações artísticas da Cidade.
 - Promover uma ampla discussão em relação à gestão de equipamentos culturais e sua utilização, propondo a criação do centro de arte e cultura popular no Casarão 34, a recuperação e reativação do Teatro Juteca, o Teatro Ednaldo do Egito, a Casa da Pólvora, o projeto inacabado da Biblioteca Pública Municipal e da Escola de Artes no Centro Histórico (conventinho) e, o Centro Cultural de Mangabeira.
 - Incluir as praças dos Esportes e da Cultura (CEUS das artes) dos bairros Colinas do Sul, e do Vale das Palmeiras, Pontos de Cultura, bem como, os centros da juventude, e as praças da cidade, nos programas, projetos, festividades e políticas publicas de governos para a cultura, como forma de descentralizar as ações desta pasta e aproximá-las dos bairros e comunidades de periferia.

- Realizar concurso público para trabalhadores da cultura, promovendo a valorização dos servidores a partir da formação e qualificação profissional continuada.
- Instituir um PLANO DE FORMAÇÃO CULTURAL que oriente a gerir projetos, potencializar a geração de trabalho e renda, divulgar/consolidar a cultura local, formar novas plateias, fortalecer o intercâmbio cultural e agir como facilitador das demandas descentralizadas.
- Desenvolver parcerias publico privadas e implementar programas de BOLSAS DE TRABALHO e PESQUISAS ARTÍSTICAS culturais.
- Repensar junto com a Secretária de Turismo, a luz do projeto de descentralização aqui exposto, a realização ou participação nas grandes festas do calendário da cidade, onde o município tem atuado como produtor. Propor o redirecionamento dos recursos destinados aos grandes eventos para atender as demandas dos Núcleos Culturais organizados.
- Desenvolver uma política voltada à ECONOMIA DA CULTURA, estimulando a organização e o fortalecimento de empreendimentos criativos.
- Diligenciar junto a instituições bancárias, programas de crédito e microcrédito reembolsáveis com juros menores para a cultura, principalmente para os pequenos negócios culturais.
- Reconhecer o Centro Histórico como polo de convergência artística, cultural e criativa, onde já existe um fervilhar pungente de criatividade. Organizá-lo como Núcleo Cultural de referência.
- Fortalecer os blocos e as agremiações populares do Carnaval de Rua e do Carnaval Tradição, das Quadrilhas Juninas e das demais expressões de cultura popular; reativando e revitalizando estes grupos, permitindo o exercício de suas autonomias criativas e proporcionando maiores possibilidades econômicas.
- Implantar, em parceria com a Educação e o Fórum existente, o PLANO MUNICIPAL DO LIVRO E DA LEITURA (PMLL), respeitando todas as suas deliberações e ouvindo toda a cadeia produtiva do setor. Entre outras medidas, propor a criação do Vale Leitura, destinado aos professores da rede municipal de Ensino e também um programa municipal de fomento a leitura.
- Equipar e promover a revitalização da Banda 5 de Agosto. Efetivar e reestruturar a Orquestra Municipal.
- Para se garantir as principais políticas acima descritas, é fundamental implantar o programa *Protagonismo Assessorado (PA)*, que democratizará e promoverá a descentralização da aplicação de recursos e ações da gestão pública, a partir de práticas culturais sustentadas pelos princípios do protagonismo e do empoderamento social. Para isso, será preciso consolidar uma administração focada em ações de Agentes Públicos de Cultura, que garantirão a intermediação com os Núcleos Culturais Comunitários na política de descentralização a ser implantada pela nova Secretária. O Protagonismo Assessorado (PA) exige inversão de prioridades. Assessoramento e empenho total da Secretária no apoio as ações onde os movimentos sociais são protagonistas. O mero desenvolvimento artístico dará espaço ao fortalecimento da cultura cidadã. A “arte-produto” abraça espaço para a “cultura-processo”. Os Agentes Públicos, assessorando os Agentes Comunitários nos Núcleos, entre outras, teriam a função de desenvolver ações a partir de discussões de temas como:
 - a) Organização e elaboração de projetos para o desenvolvimento da produção cotidiana de ações culturais originadas nas comunidades, assim como outras ações que poderão ser executadas na região dos núcleos, a exemplo do Circuito das Praças etc.

- b) Ativação das praças que têm teatros de arena, espaços e equipamentos culturais ociosos, propondo novos espaços a partir da real necessidade dos Núcleos Comunitários.
- c) Circuito de artistas nas escolas públicas, permitindo que os estudantes do ensino público, possam dialogar entre si através do conhecimento do trabalho dos artistas nos bairros.
- d) Oficinas voltadas para o desenvolvimento da capacidade de produção artística, assim como possíveis programas de Cultura Digital nos bairros carentes.
- e) Revitalização e dinamização de Bibliotecas Comunitárias, assim como de ações em favor da leitura.
- f) Economia criativa com possibilidades de geração de renda nas comunidades.
- g) Criação de Polos fixos, tipo núcleos audiovisuais ou mesmo “Casas Populares de Cultura” em espaços de invenção coletiva, definidos e administrados pela convivência e criatividade, de modo que oportunizem encontros de discussão, exibição de cinema/teatro, escola de artes, feiras de cultura ou outras formas de arte coletivas.
- h) Ações que oportunizem o resgate e o reconhecimento da cultura e das práticas do cotidiano dos povos e comunidades tradicionais, LGBTQI+, deficientes físicos e idosos.
- i) Intercâmbio cultural entre bairros e integração da rede de Pontos de Cultura aos grupos culturais ligados aos Núcleos.
- j) Disseminação e distribuição de informações culturais e mapeamento.
- k) Instalação da Biblioteca Pública Municipal.
- l) Fortalecer uma rede municipal de teatros a partir da reforma do Teatro Ednaldo do Egypto, recuperação e revitalização do Teatro da Juventude de Cruz das Armas – JUTECA e outros equipamentos.
- m) Implantar ações pedagógicas culturais, através de debates, congressos, seminários, conferências e estabelecer um debate contínuo da produção, consumo e fruição cultural da cidade.
- n) Recuperar e revitalizar a cidade antiga de João Pessoa, orientando sua utilização como meio essencial ao desenvolvimento socioeconômico local, a partir do potencial econômico e simbólico do seu patrimônio cultural e urbano, com foco na economia criativa. Recuperar e transformar velhos prédios e casarões da antiga cidade de João Pessoa em importantes equipamentos culturais tais como museus, centros de arte e cultura, restaurantes, bares e cinemas, além do estímulo à moradia. Criar programas de crédito a juros baixos em parceria com o IPHAN destinados a recuperação de prédios privados, tombados pelo patrimônio histórico e artístico da cidade, bem como, criar condições especiais de regularização fiscal para essas edificações.
- Criação de um fundo financeiro através de uma lei que garanta para as prévias carnavalescas, o “Folia de Rua”, “Carnaval Tradição”, o “São João” e a “Festas das Neves” uma alíquota progressiva para assegurar esses festejos. Para esse fundo é necessário que seja através de uma lei para que se garanta sua continuidade.
- Resgatar a tradição dos ranchos e palhoças juninas, uma manifestação onde além de uma alta aceitação e participação popular gera trabalho e renda para uma rede de trabalhadores que vai desde os montadores da estrutura aos marcadores de quadrilhas, costureiras, sanfoneiros, triangeiros, zabumbeiros, cantores de forró, seguranças, como em especial a toda culinária junina que vai do milho assado, cozinhado à canjica, pamonha, bolo de milho, pé de moleque, mangunzá além das bebidas típicas.

- Inclusão Cultural. Espaços: Aproveitar espaços já existentes como os auditórios das escolas e colégios, espaços culturais, centros comunitários, convênios com Igrejas e clubes sociais, com a finalidade de transformá-los em seus horários de ócio, em escolas de arte para a população nos bairros.
- Ocupação da política cultural nas escolas e colégios. Em parceria com os Centros Acadêmicos e Grêmios estudantil, inserir a política cultural, resgatando as atividades artísticas nas escolas e colégios da cidade.
- Sociabilidade. A arte e brincadeiras devem ser ponto de encontro das e nas comunidades. Assim um calendário de atividades nas praças e nas ruas estimulando estas atividades devem fazer parte dessa política que neste ponto deve se afastar ideia de polo e abranger o maior número possível de celebradores (participantes).
- João Pessoa é uma cidade repleta de espaços para eventos e práticas de sociabilidade, tanto nos Bairros como também em parques como o Parque Solon de Lucena (lagoa), praças na área central, a exemplo da Rio Branco onde já acontece o Sabinho Bom. Pensar em outros formatos de atividade, em outros dias, para levar tanto às comunidades como outras áreas de lazer do centro, onde se possa reunir pessoas para curtir artes: ver teatro, recitais, humor, shows musicais, participar de oficinas de pintura, desenhos, brincadeiras infantis, feira com os produtos culturais que vão desde CDs, DVDs, livros, discos de vinil, pintura, painéis, culinária e costuras.
- O baile da comunidade. Esta é uma atividade pensada com forte cunho de participação social tanto para quem vai para bailar, como fazer negócios. A rede que se mobiliza neste tipo de evento é grande. Tratamos aqui de um baile no sentido clássico, com a diferença de ser público. Sua execução pode ser numa praça ao ar livre numa noite de luar e muitas estrelas no céu, como no ginásio de esporte, clube social, espaços culturais etc., para noites de chuva.
- Política de incentivo a profissionalização do meio artístico da cidade. Profissionalização da categoria de trabalhadores em cultura. Entende-se como profissionalização a criação de um mercado de cultura e artes onde a cidade seja consumidora e seus trabalhadores ganhem dinheiro. Realizar Cursos de formação para produtores executivos, cursos de marketing Cultural, cursos de captação de recursos e curso de formação para técnicos.
- Elaborar um calendário de eventos comerciais descentralizando a já existentes em João Pessoa levando estes produtos culturais aonde o povo está fora do Centro Histórico e praia. Existem bares, restaurantes, casas noturnas, clubes sociais, casas de recepções em bairros da cidade que podem servir como casas de shows para estes artistas. proposta, foca nas formas de investimentos que o setor público vem a décadas fazendo que precisa ser repensado. Nesta proposta avalia-se que o pagamento do cachê, além de não atender comercialmente ao contratado, condiciona a uma acomodação uma vez que quem está pago não precisa ir além da sua apresentação. Nesta proposta específica à profissionalização dos artistas, a gestão pública não entra como contratante do artista, mas sim como patrocinadora da publicidade do evento, podendo ainda, na sua primeira fase, patrocinar 50% do material técnico do evento.
- Da divulgação. Entregar ao setor cultural um espaço virtual onde os artistas possam criar seus espaços, homepage, sites e portais, programas em podcast ou TV virtual, aplicativos e os outros meios possíveis para os artistas divulgarem suas obras.

7 – Juventude

- Criação e fortalecimento de cooperativas para fomentar o empreendedorismo de mulheres via linhas de crédito do banco cidadão.
- Fortalecimento e ampliação das ações dos bancos comunitários, incentivando o cooperativismo e o desenvolvimento a nível local.
- Criação e Ampliação dos programas de estímulo ao empreendedorismo jovem por meio de parcerias com o SEBRAE, empresas públicas e privadas, utilizando para isto os espaços criativos do município.
- Ampliação das linhas de crédito para mulheres jovens, incluindo mulheres jovens grávidas do banco municipal, e fortalecimento das campanhas sobre empreendedorismo responsável.
- Criação do Centro de capacitação e aperfeiçoamento das habilidades laborais dos jovens.

b. Economia Jovem e Criativa –

Desenvolvimento de ações da chamada “economia criativa” com destaque para a economia da cultura e outros segmentos, tendo como pólos o Centro Histórico, a Praia e o Circuito Universitário. Com espaços que contemplem jovens artistas locais, com o lançamento sequencial e anual de editais de incentivo jovens artistas, e/ou propostas de ações que sejam voltadas para o público jovem, com foco na geração de emprego e renda fixa e temporária.

C. Acessibilidade:

- ✓ Ampliação e reforma de todos os espaços públicos (escolas, centros de juventude, espaços de formação, espaços de lazer) para atender os jovens PCD's em todas as suas necessidades, e em todas as áreas de atuação.
- ✓ Programas obrigatórios de estágio para jovens PCD's em órgãos e parceiros diretos da administração pública municipal.
- ✓ Facilitação de acesso aos locais de esporte e lazer.
- ✓ Ampliação da frota e modais de atendimento/transporte de jovens PCDs para escolas/locais de formação e/ou atividades educacionais realizadas pelo município ou em parceria com o mesmo.
- ✓ Garantir a implementação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, para a inclusão e acessibilidade desses jovens, combatendo a segregação e a discriminação, buscando a equidade no direito à participação e formação de jovens com deficiência como líderes e agentes políticos.
- ✓ Qualificação de professores da EJA para o atendimento aos jovens com deficiência promovendo a acessibilidade nas escolas e contribuindo com o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

D. Educação:

- 3.0 Criação de novas escolas integrais e ampliação das já existentes, com foco em programas e ações que estimulem os adolescentes do fundamental II a continuar seu processo de formação visando não apenas acesso ao mercado de trabalho, mas também este;
- 4.0 Amplo programa de Combate ao Analfabetismo, ampliando as escolas que ofertam o EJA, e criando nestas, espaços acolhedores onde as mães jovens, possam amamentar e trocar seus filhos, deste modo podemos conciliar o direito de amamentação ao direito

de educação. É necessário também que se invista na formação continuada dos professores, qualificando os mesmos para esta convivência.

5.0 Ampliação e Construção de novas unidades do Centro de Línguas Estrangeiras - CELEST.

6.0 Ampliação e Reformas dos Centros de Referência das Juventudes

7.0 Ampliação do Programa Bolsa Universitária para que estudantes de nosso município tenham condições de permanecer no ensino superior

8.0 Programa Primeiro Estágio em órgãos públicos do município, para alunos que participem de programas de formação continuada ofertadas pelo e/ou em parceria com o município.

9.0 Curso Pré Vestibular que contemple os estudantes de baixa renda;

10.0 Promoção de Campanhas de Combate ao Racismo, ao Machismo e a lgbtqia+fobia.

11.0 Valorização de iniciativas que tenham como princípio a interdisciplinaridade e que aproximem a prática educativa da realidade cotidiana dos estudantes com a criação de eventos municipais onde os próprios estudantes possam apresentar seus projetos para a comunidade

E. Esporte e Lazer:

- Criação e/ou Ampliação do Bolsa Atleta Municipal, priorizando o Bolsa Jovem Atleta, com foco na busca e formação de atletas de ponta, em todas as áreas dos esportes.
- Descentralização das opções e programas de Lazer em nossa cidade, com foco em criação de circuitos esportivos regionais em nossa cidade.

06. Mobilidade Urbana:

- Ampliação do programa Passe Livre Estudantil
- Reformulação do Conselho Municipal de Mobilidade
- Ampliação das linhas, horários e disponibilização da frota de coletivos, nos horários tidos como picos de mobilidade estudantil entre bairros e universidades.

07. Saúde da Mulher Jovem:

- Fortalecimento das ações de acompanhamento a saúde coletiva, com ênfase na saúde da mulher jovem. Aumento nos programas e ações de formação sobre planejamento familiar e prevenção às ISTs.
- Criação de programas de conscientização e distribuição de itens de higiene pessoal para mulheres jovens de baixa renda, cujas famílias sejam contempladas pelo CadÚnico.
- Ampliação e qualificação constante das equipes de saúde nas USF de referência, quanto a saúde das mulheres jovens e auto cuidados.
- Criação do Centro Municipal de Referência em Saúde e Acompanhamento da Mulher Jovem.

8 – Ciência e Tecnologia

Até pouco tempo vivíamos a denominada “Sociedade Industrial”, porém, estamos sofrendo uma mutação que nos remete para a denominada “Era do Conhecimento”, termos com computação em nuvem, nanotecnologia, robótica e internet das coisas são exemplos do que precisamos enfrentar para os anos vindouros pós pandemia. Precisamos construir em nossa cidade um ambiente em que unamos a gama de conhecimento farto em nossa volta com o desenvolvimento que queremos para nossa João Pessoa, assim propomos políticas públicas:

- Que apontem para a efetiva criação do Polo Tecnológico da capital.
- Que proporcionem a inclusão digital - garantindo o seu tripé de: conexão à internet, capacitação para uso e equipamentos eletrônicos, através de investimento nas Estações Digitais, nas escolas da rede municipal e de parcerias com outras instituições.
- Que impulsionem o governo e o atendimento eletrônico ao cidadão.
- Que incentivem o desenvolvimento da robótica e programação nas escolas.
- Que criem programas de iniciação científica com estudantes da rede municipal.
- Que estimule as parcerias público-privada na área e as parcerias entre a gestão pública e o conhecimento produzido em nossas instituições de ensino superior.
- Que instalem o Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia, como ferramenta capaz de fomentar a construção coletiva e representativa das políticas municipais para a área.
- Que apontem para a ampliação de espaços comunitários e gratuitos que funcionam como um centro de aperfeiçoamento, tecnológico, cultural, comunitário e de participação popular a exemplo da Casa Brasil, localizada no bairro Costa e Silva e o Centro de condicionamento de computadores.
- Que deem ênfase ao software livre como meio preferencial de difusão e produção do conhecimento, além de seu uso nas operações administrativas, conforme carta compromisso anexa.

9 – Meio Ambiente

atividades econômicas preservadores, educação ambiental e estímulo ao uso de fontes de energia não-poluentes. Uma das metas principais de nossa gestão será fazer com que João Pessoa retome sua liderança no campo ambiental, em termos regionais e

- Implementação efetiva do “Plano Cidades Emergentes e Sustentáveis”, com o exercício efetivo do papel regulador por parte da PMJP e dos canais de participação social.
- Implementação efetiva do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa, elaborado na gestão anterior e abandonado pela atual.
- Fortalecimento do Conselho Municipal do Meio Ambiente nos seus papéis de formulação e fiscalização de políticas.
- Fortalecimento do Fundo Municipal do Meio Ambiente, com total transparência sobre a sua arrecadação e a destinação de seus recursos.
- Fiscalização das obras da construção visando cumprir os condicionantes legais e ambientais (plano diretor, código de posturas, legislação relacionada ao meio ambiente).
- Elaboração de um Plano Estratégico para Recuperação dos Rios da capital, que somam mais de 20 entre rios e riachos e estão todos poluídos.
- Como uma das primeiras medidas de governo o estabelecimento de um fórum envolvendo a PMJP, o Governo do Estado, o IBAMA, especialistas, representantes dos centros de pesquisa e sociedade civil para, ainda no primeiro semestre de governo apresentar um Plano de Preservação da Barreira do Cabo Branco.
- Estímulo à agroecologia, as atividades econômicas desenvolvidas no chamado “cinturão verde”.
- Elaboração de um Plano de Compras Sustentáveis por parte do município, visando estimular a economia verde.
- Elaboração de um Plano de Substituição de Fontes Energéticas, em parceria como o Centro de Energias Alternativas e Renováveis – CTDR/UFPB, com a adoção de energias renováveis nos prédios públicos, sistema de transportes visando a mudança nas matrizes energéticas, a exemplo do biodiesel, energia solar e outras fontes.
- Ampliação da coleta seletiva de resíduos e das ações de educação ambiental.
- Execução dos projetos dos parques lineares já projetados (Parque Linear Parahyba, Cuiá, Três Ruas e reforma do Parque Augusto dos Anjos, construído e abandonado pela atual gestão), em parceria com outros níveis de governo.

- Criação do IPTU Verde - Os moradores podem obter desconto de até 20% no valor anual do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, dependendo das medidas sustentáveis que adotarem, tais como: acessibilidade nas calçadas, sistema de captação de água da chuva, telhado verde, separação de resíduos sólidos, utilização de energia solar ou eólica e a promoção de arborização no terreno do qual é proprietário.
- Realização da I Conferência Municipal sobre Direitos Animais, visando discutir políticas de proteção aos animais e elaborar o I Plano Municipal de Defesa dos Direitos dos Animais.
- Reestruturação do Centro de Zoonoses e implantação do Hospital veterinário Municipal – Objetiva melhorar as condições do trato com os animais.
- Proteção às tartarugas marinhas - Proteção da área de desova das tartarugas marinhas na praia do Bessa, adaptando as intervenções de infra-estrutura ao ambiente natural.
- Abrigos para animais silvestres - A ideia é ter um abrigo direcionado à conservação da fauna, através de ações como educação ambiental, intensificação da fiscalização e parcerias com instituições de pesquisas científicas valorizando as espécies da fauna paraibana.
- Construção de “Dog Halls” em todas as regiões da cidade - Espaços destinados e reservados para recreação de animais de estimação em praças públicas, delimitando áreas específicas para dar maior conforto e segurança aos donos dos animais e a população frequentadora das áreas públicas.

9 – Participação Social

- Fortalecimento do Orçamento Participativo – Com a execução imediata das ações executadas nos anos anteriores, a colocação das obras do OP como prioritárias para a execução orçamentária das secretarias e transparência e monitoramento da execução das obras.
- Retomada do Orçamento Participativo Online – com o objetivo de propor políticas prioritárias para a cidade, via consulta online.
- Reestruturação do Orçamento Participativo Criança e Adolescente (OPCA) – com foco na formação para a participação cidadã e monitoramento social da execução das demandas aprovadas.
- Realização do Congresso da Cidade – um espaço de participação popular que reunirá os representantes de todos os segmentos da população pessoense, visando promover o planejamento participativo de João Pessoa para os próximos dez anos.
- Criação do PPA Popular – visando a realização de audiências públicas para propor prioridades para o Plano Pluri Anual – PPA 2021-2024.
- Criação do Gabinete Digital - visa ampliar o diálogo entre o prefeito e os cidadãos através da internet, com prestação de contas das despesas pessoais do prefeito pagas pela PMJP, divulgação da agenda diária de trabalho dele e dos secretários e realização de consultas públicas sobre ações a serem desenvolvidas.
- Criação do Programa Municipal de Monitoramento de Metas – através da internet cidadãos e cidadãs vão acompanhar e cobrar o atendimento das metas e a realização das ações governamentais em todas as áreas do município.
- Consultas Públicas - Realização de Consultas Públicas para ouvir a população sobre a necessidade da construção de obras de grande impacto na vida da cidade e o perfil destas.
- Transformação da Ouvidoria Municipal em órgão autônomo, com eleição do Ouvidor Geral do Município (com status de secretário municipal) com o voto direto da população e mandato de quatro anos.
- Criação do Conselho Municipal de Comunicação Social, com o objetivo de orientar os gastos com comunicação da PMJP, com prioridade para a divulgação dos serviços e educação para a cidadania e não a promoção pessoal do prefeito.

- Reabertura das subprefeituras de Tambaú e Mangabeira desativadas pela atual gestão, visando descentralizar o acesso dos cidadãos aos serviços municipais e abrir novas unidades no Geisel, em Mandacaru e em Cruz das Armas.
- Implementação do Programa Municipal de Estímulo ao Controle Social, voltado ao fortalecimento das ferramentas de controle social (a exemplo dos conselhos de políticas públicas), com ações voltadas à capacitação dos cidadãos para o controle social e uma estruturação dos conselhos.

10 - Habitação de interesse Social

- Criar uma Política Municipal de Habitação, capaz de assegurar o direito à moradia para a população, articulando recursos nacionais e locais.
- Implementar programas que atendam à população considerando sua diversidade de organização, situação física e econômica e características culturais.
- Priorizar a população de menor renda.
- Implementar ações voltadas à transparência para a entrega de casas, evitando a manipulação política do benefício.
- Utilização de vazios urbanos, a exemplo de áreas dotadas de infraestrutura e não utilizadas, ou subutilizadas, como o Centro Histórico.
- Implementação das políticas de cotas para inclusão habitacional, respeitando-se os direitos das seguintes populações: idosos, deficientes, negros, homossexuais, integrantes de comunidades tradicionais e famílias chefiadas por mulheres.
- Melhoria e fiscalização permanente da qualidade das habitações entregues à população.
- Gestão democrática e participativa da política municipal de habitação, com a criação de canais de interlocução e fóruns como um Conselho Municipal de Política Habitacional.
- Criar a Política Municipal de Regularização Fundiária.
- Retomar a política de urbanização de favelas, com o objetivo de assegurar o direito a moradia.

11 - Direitos Humanos, inclusão e respeito à diversidade

Todos os munícipes tem direito de viver em uma cidade que, por meio de seu governo, tenha como orientação a redução das desigualdades; a sustentabilidade financeira e socioambiental; o combate à discriminação de grupos sociais e étnico-raciais.

Assim nos propomos a apresentar propostas como:

- Promover e difundir a cultura negra e afro-brasileira,
- Defesa do estado laico,
- diálogo inter-religioso e respeito a diversidade religiosa;
- Combate a intolerância religiosa;
- Fortalecer a Coordenadoria, Plano e Conselho LGBT,
- Fortalecer a principal porta de entrada do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social
- criação da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos.

12 - Políticas Públicas para as Mulheres

- Busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos.
- Participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas.
- Estímulo à capacitação profissional de mulheres e a sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho.
- Promoção da proteção e seguridade social das mulheres, em especial daquelas em situação de vulnerabilidade, com vistas a erradicar a pobreza e melhorar suas condições de vida.
- Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres, considerando as dimensões raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero e as mulheres com deficiência.
- Estímulo à participação das mulheres no controle social das políticas públicas, especialmente por meio do fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.
- Estimular, ampliar e qualificar o acesso de meninas, adolescentes, mulheres adultas, idosas e mulheres com deficiência ao esporte e ao lazer, promovendo a qualidade de vida, a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento humano.

14 - Políticas Públicas para a Pessoa com Deficiência

- Assegurar atendimento prioritário em todas as instituições e serviços de atendimento ao público, da competência do município, inclusive com a disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas, extensivo ao acompanhante.
- Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
- Programa de capacitação permanente e continuada para os profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, em todos os níveis de atenção, bem como orientação a seus atendentes pessoais.
- Serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida.
- Disponibilização de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.
- Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida.
- Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio.
- Reserva de unidades habitacionais para pessoa com deficiência.
- Disponibilização de equipamentos urbanos comunitários acessíveis.
- Implementação de programa de capacitação e qualificação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho, e de apoio ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, inclusive o cooperativismo e o associativismo, com disponibilização de linhas de crédito a juros subsidiados e participação da pessoa com deficiência no acompanhamento.

- A eliminação ou superação de barreiras para a promoção do acesso a monumentos e locais públicos municipais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos, bem como exigir dos espaços privados a observância dos requisitos de acessibilidade, conforme dispuser as normas legais.
- Assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades esportivas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- A aprovação de projeto arquitetônico e urbanístico ou de comunicação e informação, a prestação do serviço de transporte coletivo e a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva.

15 - Políticas Públicas para as populações de origem afro-indígena

- Promover e difundir a cultura negra e afro-brasileira.
- Promover a inclusão e a igualdade de oportunidades e de remuneração das populações negra, indígena, quilombola e cigana no mercado de trabalho.
- Combater o racismo nas instituições públicas municipais.
- Defesa do estado laico, diálogo inter-religioso e respeito a diversidade religiosa;
- Combate a intolerância religiosa.
- Promover a formação de professores e profissionais da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.
- Formação continuada sobre a Lei 10.639/03 e 12.288/10.
- Promover o respeito à diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira e demais grupos étnico-raciais discriminados na luta contra o racismo, a xenofobia e as intolerâncias correlatas.
- Construir conjuntos habitacionais voltado aos descendentes indígenas em João Pessoa, adequado a suas tradições socioculturais.
- Promover o ensino da língua Tupi no Centro de Línguas da PMJP e fazer sua divulgação nas escolas municipais.

15 - Políticas Públicas para a população LGBT

- Implementar a Política Nacional de Saúde Integral LGBT no Município, incluindo metas de acordo com seus objetivos.
- Identificação das necessidades de saúde da população LGBT no Município.
- Inserção das temáticas referentes à saúde LGBT nos processos de educação permanente dos (as) gestores (as) e profissionais de saúde do Município;
- Incentivar a criação de políticas públicas para a população LGBT, através da Coordenadoria Municipal, respeitando o pacto federativo
- Promover a participação da população LGBT em todos os conselhos de direitos para efetivar a transversalização do debate, bem como fomentar o controle social das políticas setoriais, voltadas a esta população.
- Criar o observatório LGBT com compilação de leis, portarias, decretos, jurisprudências e outras normas referentes à população LGBT com plataforma virtual e publicações que promovam sua visibilidade e elaboração do sistema de informação e indicadores LGBT.

15 - Esporte e Lazer

- Universalização do acesso e promoção da inclusão social pelo esporte, potencializando o desenvolvimento humano nas comunidades, com foco no esporte escolar e comunitário.
- Promoção da saúde.
- Articular a prática do esporte com a pesquisa científica e experiências desenvolvidas em nossas universidades.
- Fazer do esporte uma ferramenta de promoção da paz e convívio entre os povos e comunidades locais.
- Implementar um modelo de governança no esporte, baseado na gestão democrática, participativa e transparente.
- Promover a descentralização da política esportiva e de lazer, ampliando e institucionalizando canais de diálogo entre o governo, as entidades esportivas e a sociedade.

16 - Gestão Ética, Democrática e Eficiente

- Reestruturação dos canais de administração e planejamento, visando fortalecer a capacidade de governança a curto, médio e longo prazo com a criação da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG, unificando as pastas da Administração e do Planejamento visando planejar e coordenar as políticas de gestão da administração pública de João Pessoa, para fortalecer as capacidades do Estado para promoção do desenvolvimento sustentável e do aprimoramento da entrega de resultados ao cidadão.
- Implantação do Programa de Melhoria da Qualidade da Gestão Pública Municipal – PMQGPM visando o estabelecimento de medidas que apontem para uma maior eficiência e eficácia do governo municipal, com definição de metas e indicadores de acompanhamento, em todas áreas de governo.
- Unificação das pastas das Finanças e Receitas com a criação da Secretaria Municipal da Fazenda objetivando promover a melhora da arrecadação municipal e a qualidade do gasto público, com foco em resultados.
- Criação da Escola Municipal de Governo.
- Fortalecimento do Portal da Transparência da PMJP, com divulgação de todos os gastos do município, de forma acessível ao cidadão.
- Transformação da página “Dados Públicos” em “Portal Municipal de Dados Abertos”, ampliando o leque de informações disponíveis à população, em formato aberto, com dados atualizados e acessíveis.
- Criação do Programa Municipal de Capacitação para o controle dos gastos públicos, prevenção e combate à improbidade administrativa.
- Fortalecimento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC e da Ouvidoria Municipal, com a divulgação mensal de seus relatórios operacionais.
- Alteração na Lei Municipal de Acesso à Informação estabelecendo punição rigorosa aos servidores públicos que se neguem a fornecer informações de interesse público aos cidadãos.
- Implantação da Lei Municipal dos Arquivos Públicos e Privados e Criação do Arquivo Público Municipal.
- Criação da Plataforma GeoJampa visando promover, dentre outras coisas, a abertura do Cadastro de Imóveis do Município de João Pessoa e referenciar espacialmente obras e serviços oferecidos à população.

- Fortalecimento da TV Cidade de João Pessoa, transformando-a em um canal aberto, visando divulgar a cultura, os serviços públicos municipais e o acompanhamento de reuniões, solenidades, Conferências, reuniões do Orçamento Participativo, debates e entrevistas de interesse da cidade, monitoramento das obras, em parceria com outros veículos de comunicação pública.
- Elaboração e envio à Câmara Municipal de um pacote de medidas visando a prevenção e o combate à improbidade administrativa, composto por medidas como a Lei Municipal de Combate a Corrupção, Ficha-Limpa Municipal, Anti-Nepotismo, “Auditoria Permanente da Evolução Patrimonial dos Gestores e Cargos Comissionados e familiares” e “Programa de Gestão e Fiscalização dos Contratos Municipais”.
- Reestruturação do Conselho Municipal de Transparência Pública e Combate a Corrupção, ampliando seu acesso às informações contábeis e financeiras e prestação de contas anual dos secretários da área econômica.
- Fortalecimento da Controladoria-Geral do Município, com indicação de auditor de carreira para seu comando (a ser sabatinado e aprovado pela CMJP), criação de um quadro permanente de auditores de contas públicas (formado por servidores concursados) e divulgação regular dos relatórios de auditoria e indicação do controlador pela sociedade civil.
- Reestruturação e modernização dos processos licitatórios no município, com fortalecimento e profissionalização das comissões de licitação, divulgação na íntegra e em tempo de real de todos os documentos apensados aos processos, adoção de medidas para estimular a concorrência, Regime Diferenciado de Contratação – RDC para os grandes projetos e transmissão ao vivo no Portal de Transparência e TV pública municipal dos pregões e demais eventos que envolvam as licitações.
- Criação do Código de Conduta Funcional dos Agentes Públicos e da Alta Administração Municipal, visando fortalecer o espírito ético e prevenir a prática de ilícitos por parte de gestores e servidores.
- Divulgação do Cadastro de Empresas Inidôneas do município de João Pessoa.
- Fim de todos os privilégios dos gestores municipais, incluindo o prefeito, com medidas como: Corte drástico dos telefones celulares, eliminação dos automóveis à disposição fora do horário do expediente, maior controle do gasto com diários e corte no número de assessores do gabinete do prefeito e dos secretários.
- Proibição do “nepotismo cruzado” na administração municipal, em se tratando de cargos comissionados e indicação de prestadores de serviço.

- Parceria com organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e o Fórum Paraibano de Combate a Corrupção – FoccoPB para elaboração de uma política municipal permanente e o desenvolvimento de ações voltadas à prevenção e combate à improbidade administrativa.
- Proibição de todas as solenidades de assinatura de ordens de serviço, lançamento de pedra fundamental ou entrega de ações de zeladoria, visando economizar os gastos públicos. A PMJP só fará solenidades de entrega de obras, quando elas estiverem prontas para funcionamento imediato, sendo vedada na inauguração a distribuição de alimentos, realização de shows, alocação de transporte ou qualquer despesa não-relacionada à ação governamental em si. A prioridade será a entrega do serviço e não a promoção da gestão.

16 - Valorização e capacitação dos servidores públicos

Serão implementadas mesas de negociação permanente do serviço público municipal

- criação de mesas de negociação para discutir com todas as categorias assuntos como PCCR, melhorias salariais, condições de trabalho, capacitação, dentre outros temas.

- Respeito à data-base dos servidores públicos.
- Prioridade para a realização de concursos públicos na PMJP, visando reverter a predominância de contratos de trabalho precário.

17 – Desenvolvimento Urbano

- Recuperação da capacidade de planejamento do município – É preciso recuperar a capacidade de planejamento e intervenção da PMJP na formulação de políticas e na regulação da ocupação dos espaços urbanos e uso do solo.
- É preciso revisar e colocar para funcionar, de fato, instrumentos importantes como o Plano Diretor, o Código de Posturas, lei de uso do solo e demais instrumentos articulados em torno do Estatuto da Cidade, de forma participativa e com ampla discussão com a população da cidade.
- Fortalecimento da Secretaria do Planejamento em sua capacidade de formular políticas e regulação do uso do espaço urbano.
- Fortalecimento do Conselho Municipal da Cidade - Concidade, Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU e Conselho Municipal do Meio Ambiente, como órgãos reguladores.
- Realização de concurso público visando ampliar o quadro de fiscais das secretarias da infraestrutura, desenvolvimento urbano e planejamento, visando o cumprimento rigoroso da legislação vigente.
- Pensar a cidade de João Pessoa no contexto da Região Metropolitana visando articular ações para solucionar problemas de interesse comum, tais como, trânsito e mobilidade, Saneamento Ambiental, habitação, meio ambiente e planejamento territorial.
- Articular as políticas de desenvolvimento urbano e rural as diretrizes do Plano Diretor e das leis orçamentárias.

18 – Infraestrutura urbana

Elaboraremos um plano de pavimentação de ruas para quatro anos, com prioridade para as que foram aprovadas no OP, expressando o desejo da comunidade, desrespeitado pelo atual gestor.

- Um Plano Permanente de Reforma e Manutenção dos Mercados Públicos, com a adoção de novos modelos de gerenciamento, com gestão democrática e adoção de metas de qualidade e eficiência, enfocando financiamento dos negócios, capacitação para melhoria do atendimento e limpeza e higiene.

- Mudar o modelo de gestão das Praças e outros espaços públicos da cidade, contratualizando a gerência com metas de qualidade e corresponsabilização da comunidade na gestão do espaço.

- Recuperação de áreas públicas desordenadamente ocupadas, visando a sua utilização para real interesse público.

- Criação, no âmbito da Seinfra, de uma Gerência de Pavimentos, para monitorar a fadiga dos revestimentos asfálticos.

- Elaboração de um Plano de Manutenção das Vias Públicas, com o objetivo de pôr em prática uma política de manutenção preventiva de nossas ruas e avenidas.

- Criação de um banco de dados atualizado e moderno, visando a instituição de um planejamento operacional para a área, priorizando menor custo e mais eficiência.

- Implementação de uma Política de Reequipamento das Patrulhas Mecanizadas da cidade, visando a construção mais rápida e barata de pequenas obras, combinando baixo custo com qualidade.

- Adoção progressiva de tecnologias que permitam mais acessibilidade especialmente para idosos e pessoas com deficiência.

- Realização de um estudo sobre as bacias hidrográficas do município, objetivando a elaboração de um Plano de Investimentos em Manejo de Águas Pluviais, no sentido da implementação de um sistema de drenagem na cidade.

- Realização de um estudo para melhoria das calhas do nosso sistema viário e proposição de intervenções, de modo a adequá-las à realidade do nosso tráfego.

- Campanhas de integração da população na gestão dos resíduos sólidos urbanos e sensibilização sobre consumo consciente. É preciso reforçar as ações educativas para diminuir a disparidade entre as taxas de crescimento populacional, em torno de 1,92% anual, e as taxas de aumento na produção de resíduos, superior aos 6,6% ao ano.
- Incentivar a população para fomentar a separação dos resíduos na fonte e a entrega voluntária nos núcleos de coleta seletiva da cidade. Os programas de incentivo podem ser desenvolvidos como isenções em tributos municipais, troca de materiais recicláveis por serviços do executivo municipal ou em parcerias com as empresas privadas.
- Modernização dos núcleos de coleta seletiva, com oferta de novos equipamentos como balanças digitais e prensas, aumento da frota exclusiva para coleta seletiva e oferta programa de equipamentos de proteção individual e de coleta para os catadores cadastrados.
- Censo dos Catadores - É imprescindível e inadiável a realização de um censo completo sobre os catadores que atuam no município com intuito de ofertar melhores condições de trabalho e conhecer a real dimensão da coleta seletiva em João Pessoa.
- Melhorar a gestão - É necessário implantar novas práticas de gestão em nossa Autarquia de Limpeza Urbana, EMLUR, como gestão por processos, implantação de métricas para aferir a qualidade do serviço, valorização do serviço, garantia de um novo plano de cargo, carreiras e salários e revisão das atribuições dos cargos em comissão.

19 - Segurança Pública e Cidadania

- Criação de uma política de segurança pública e social para a capital, que seja centrada na atuação preventiva, na ampliação das políticas sociais e que siga o princípio do policiamento comunitário.
- Parceria permanente com as polícias estadual e federal.
- Fortalecimento da Guarda Municipal será decisivo para a ocupação deste novo papel que o município ocupará no escopo de segurança.
- Articular ações de segurança em parceria com os demais municípios da Região Metropolitana.
- Promover a permanente capacitação dos guardas municipais na perspectiva das modernas técnicas de atuação e respeito aos direitos humanos.
- Ampliar o número de câmeras de vigilância na cidade, conectadas com as câmeras da Semob e órgãos de segurança do Estado.
- Construção do Fórum Municipal de Debates sobre Segurança e Cidadania, com a participação de diversos sociais, a exemplo de trabalhadores, empresários, lideranças comunitárias, religiosas e movimentos sociais, a fim de construir políticas amplas e negociadas sobre o tema.
- Ampliar os espaços de promoção do lazer e da cultura, capacitação e profissionalização de jovens, programas de assistência social, especialmente nos bairros com maior índice de criminalidade.
- Aumentar o contingente da Guarda Municipal e melhorar a qualidade dos postos de atuação desta.
- Realizar uma política permanente de educação para a segurança e cidadania.
- Priorizar os investimentos em iluminação nos bairros com maior incidência de crimes.
- Desenvolver um Programa intersetorial de combate ao vício e dependência de drogas.
- Criação de Centros Municipais de Reabilitação para dependentes, respeitando os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira Antimanicomial.

